**REFORMAR PARA DEFORMAR: CRÍTICA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

*Brunno Amâncio Marcos[[1]](#footnote-1)*

*Carolina Romanazzi Freire[[2]](#footnote-2)*

**Resumo:** O presente trabalho se debruça sobre o Novo Ensino Médio e suas consequências para a educação. Isso porque está amparado e em diálogo com as práticas neoliberais. Nesta breve análise, identificamos o desmonte do currículo a ser renovado e as consequências da diminuição de carga e retirada de algumas disciplinas no processo de educação e formação dos estudantes da educação pública básica. Para isso, levantamos a hipótese de que há uma estreita relação entre iniciativa privada cristalizada em fundações e institutos direcionados a educação todos com plena intervenção no governo através do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. Todavia, entidades e movimentos democraticamente organizados pela categoria de docentes e discentes são escanteados para a participação efetiva objetivando uma educação que não sucumba aos ditames do capital. Como referencias teóricos para amparar nossas análises temos: Cartolano (1985), Ceppas (2004), Costa (2020), Fávero (2004), Gontijo (2004), Gallo (2004), Kohan (2004), Freire (2003), Saviani (2013), Semeraro (2021) e Gramsci. Esses constituem e trazem um importante debate que trazem o diálogo entre o avanço do neoliberalismo e a educação no Brasil. Nosso objetivo é problematizar como o Novo Ensino Médio é uma das estratégias criadas pelas grandes empresas privadas, para formação de uma classe trabalhadora cada vez menos preparada para compreender, interpretar e intervir de forma qualificada não só no mundo do trabalho, mas também na realidade concreta. O método utilizado é a análise e crítica por meio do materialismo histórico aliado a uma abordagem bibliográfica por livros, documentos e textos que contribuem com o tema.

**Palavras-chave:** NEM. CURRÍCULO. NEOLIBRALISMO.

**Referências Bibliográficas**

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências;

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;

BRASIL. Resolução SEEDUC nº 5843 de 11 de Maio de 2020. Orienta as unidades integrantes da rede SEEDUC sobre o desenvolvimento de atividades escolares não presenciais e regularização da vida funcional de servidores, em caráter de excepcionalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades estaduais como prevenção e combate ao corona vírus (covid-19), e dá outras providências;

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Filosofia no ensino de 2º Grau. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1985;

COSTA, Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1967.

COSTA, Regis. O ensino de Filosofia no Brasil e o contexto da reforma do ensino médio brasileiro em 2016. PET de Filosofia UFPR. v18, nº 2, p. 302. agosto de 2020 (acessado em agosto de 2022);

FÁVERO, Altair Alberto; CEPPAS, Filipe; GONTIJO, Pedro Ergnaldo; GALLO, Silvio; KOHAN, Walter Omar. O ensino da filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 64, p. 257-284, set./dez. 2004;

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003;

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Os Intelectuais, O Princípio Educativo, Jornalismo. Volume 2. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013;

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais Educação e Escola: Um estudo caderno 12 de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro. 2021;

1. Mestrando em Educação – Linha de Pesquisa: Filosofia Estética e Sociedade – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense PPGEDU UFF (Bolsista CNPQ); Graduando em Pedagogia – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Universidade do Estado do Rio de Janeiro FEBF UERJ; Professor de Filosofia (Contrato Temporário) Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro SEEDUC RJ [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutoranda em Educação – Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologias – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro PPGEDU UNIRIO; Professora Substituta do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro FFP UERJ. [↑](#footnote-ref-2)